



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS - PPGSA

SAULY MARTINHO GOMES DE SOUSA

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SOUSA-PB**

POMBAL – PB

2023

SAULY MARTINHO GOMES DE SOUSA

**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SOUSA-PB**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. José Cezario de Almeida

POMBAL-PB

2023

S725p Sousa, Saully Martinho Gomes de.
Parcerias público-privadas para promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no município de Sousa-PB / Saully Martinho Gomes de Sousa. – Pombal, 2023.
55 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2023.
“Orientação: Prof. Dr. José Cezario de Almeida”.
Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento socioeconômico. 3. Parcerias público-privadas. 4. Colaboração institucional. I. Almeida, José Cezario de. II. Título.

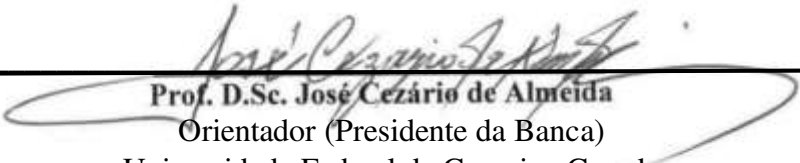
CDU 631.1.017.3(043)

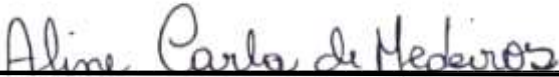
SAULY MARTINHO GOMES DE SOUSA


**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SOUSA-PB**

Dissertação Aprovada pela comissão Examinadora em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA


Prof. D.Sc. José Cezário de Almeida
Orientador (Presidente da Banca)
Universidade Federal de Campina Grande


Profª. Drª. Aline Carla de Medeiros
Membro da Banca (Avaliadora Interna)
Universidade Federal de Campina Grande


Prof. Dr. André Japiassu
Membro da Banca (Avaliadora Externa)
Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas - Fiocruz

POMBAL-PB

2023

AGRADECIMENTOS

Eis que mais um sonho se realiza em minha vida e por isso é momento de agradecer.

Ao meu Deus misericordioso, por me permitir vivenciar uma experiência acadêmica de tamanha importância.

À minha amada Esposa Katiane, por me incentivar a aceitar os desafios que a vida impõe, compreendendo que sempre procuro caprichar o que me proponho fazer.

Aos meus Pais, que sempre acreditaram ser o estudo a maior ferramenta de transformação individual e coletiva.

Aos meus Irmãos, Sobrinhos, Afilhados e Familiares, os quais colaboraram, cada um à sua forma, para que mais essa missão pudesse ser cumprida.

Enfim e não menos importante, ao meu Orientador, Professor e Amigo Dr. José Cezario de Almeida, por ter sido o incentivador responsável deste êxito acadêmico até então por mim considerado inatingível.

RESUMO

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) representam uma estratégia na qual recursos privados são empregados para que o Estado alcance seus objetivos, permitindo, ao mesmo tempo, a participação do setor privado em atividades muitas vezes inerentes ao setor público. No contexto específico da agricultura, as ações municipais em PPPs, abrangendo aspectos como irrigação, distribuição de sementes e construção de estradas, são consideradas de interesse público. Essas parcerias não apenas promovem o desenvolvimento regional, mas também viabilizam a produção agrícola, contribuindo para o aumento da renda dos produtores. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo analisar as parcerias público-privadas na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no município de Sousa – PB. Para tanto, utilizou-se de estudo documental, exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos através da base de dados Portal Sagres do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Além disso, foi realizada o contato e solicitação das ações desenvolvidas com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente por meio de ofício. Os resultados mostraram que no contexto da promoção da agricultura familiar em Sousa-PB, as parcerias público-privadas (PPPs) desempenham um papel fundamental ao fortalecer e respaldar os agricultores locais. Destacam-se iniciativas como o Programa Garantia Safra, a distribuição de sementes, mudas e alevinos, a regularização fundiária e ao empoderamento feminino, como o Projeto Fomento Mulher, evidenciaram o compromisso abrangente com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Sousa-PB. Essas considerações ressaltam a importância estratégica das PPPs na construção de uma base sólida para o crescimento e resiliência do setor agrícola local. Em relação a abordagem adotada pelo município, é refletida nas parcerias com o IFPB, EMPAER e INCRA, sinaliza uma compreensão das necessidades específicas dos agricultores familiares. A colaboração entre estruturas governamentais e atores privados contribui para a execução do processo como um serviço especializado, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais de defesa e garantia dos direitos, inclusão social e produtiva, ações socioambientais e melhoria das condições de trabalho. Conclui-se que as Parcerias Público-Privadas (PPPs), embora não representem a solução única para todos os desafios enfrentados por uma cidade, constituem ferramentas estratégicas valiosas para auxiliar na gestão pública local. As experiências discutidas no trabalho evidenciam como o setor privado pode colaborar com o setor público na promoção do bem-estar social, respondendo ao questionamento inicial que motivou este estudo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento. Parcerias Público-Privadas. Colaboração Institucional.

ABSTRACT

Public-Private Partnerships (PPPs) represent a strategy in which private resources are utilized for the State to achieve its objectives, simultaneously allowing the private sector to participate in activities often inherent to the public sector. In the specific context of agriculture, municipal actions in PPPs, encompassing aspects like irrigation, seed distribution, and road construction, are deemed of public interest. These partnerships not only promote regional development but also facilitate agricultural production, contributing to increased income for farmers. In this regard, this dissertation aims to analyze public-private partnerships in promoting the development of family farming in the municipality of Sousa – PB. For this purpose, a documentary, exploratory, and descriptive study with a qualitative approach was conducted. Data were obtained through the Portal Sagres database of the State Court of Auditors of Paraíba. Additionally, contact was made and actions were requested from the Municipal Department of Agriculture and Environment through an official letter. The results showed that in the context of promoting family farming in Sousa-PB, public-private partnerships (PPPs) play a fundamental role in strengthening and supporting local farmers. Initiatives such as the Garantia Safra Program, distribution of seeds, seedlings, and fingerlings, land regularization, and female empowerment, as seen in the Fomento Mulher Project, underscore the comprehensive commitment to the sustainable development of family farming in Sousa-PB. These considerations highlight the strategic importance of PPPs in building a solid foundation for the growth and resilience of the local agricultural sector. Regarding the approach adopted by the municipality, reflected in partnerships with IFPB, EMPAER, and INCRA, it signals an understanding of the specific needs of family farmers. Collaboration between government structures and private actors contributes to the execution of the process as a specialized service, aligned with institutional strategic guidelines for the defense and guarantee of rights, social and productive inclusion, socio-environmental actions, and improvement of working conditions. It is concluded that Public-Private Partnerships (PPPs), while not representing the sole solution to all challenges faced by a city, constitute valuable strategic tools to assist in local public management. The experiences discussed in the study highlight how the private sector can collaborate with the public sector in promoting social well-being, addressing the initial question that motivated this study.

Keywords: Family Farming. Development. Public-Private Partnerships. Institutional Collaboration

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1: Valores Licitados no período de 2021 a 2023.....	37
Gráficos 2: Especificação dos Procedimentos Licitatórios (2021, 2022 e 2023).....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise das ações do município de Sousa- PB.....	31
Quadro 2: Procedimentos Licitatórios no ano de 2021	34
Quadro 3: Procedimentos Licitatórios no ano de 2022.....	35
Quadro 4: Procedimentos Licitatórios no ano de 2023..	36

LISTA DE SIGLAS

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Secretaria da Agricultura Familiar – SAF

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	17
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	19
3.3 GESTÃO MUNICIPAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	23
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4.1 TIPO DE PESQUISA	25
4.2 LOCAL DO ESTUDO.....	25
4.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	25
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
5.1 ASPECTOS GERAIS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA – PB	28
5.2 PARCERIAS E BENEFÍCIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	29
5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA – PB.....	31
5.4 AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM SOUSA – PB.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERENCIAS	47
APÊNDICE	52

1 INTRODUÇÃO

No desenvolvimento econômico e social do Brasil, a agricultura desempenha um papel fundamental, especialmente no século XIX, quando começou a abastecer os crescentes centros urbanos e suprir a demanda alimentar da população que migrava para as cidades em expansão (Savoldi, Cunha, 2010).

Desde os tempos da colonização, a economia brasileira tem uma sólida base agrícola, impulsionada por diversos fatores, como solos férteis, um clima favorável, vasta extensão territorial e a própria colonização. Atualmente, o país se destaca como um dos principais produtores agrícolas do mundo, com a capacidade de suprir 90% das necessidades internas, além de ocupar há uma década a terceira posição em exportação global de commodities agrícolas (Oliveira et al., 2015).

Dentre as regiões produtoras brasileiras, inclui-se o Semiárido, conhecido notadamente como a região mais seca do Brasil. Delimitado pela última vez através da Resolução N ° 115 de 2017 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Semiárido brasileiro abrange um total de 1.262 municípios, distribuídos por 9 estados do Nordeste e 1 do Sudeste (Minas Gerais), onde convivem mais de 25 milhões de pessoas (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2017; Farias, NETO, VIANNA, 2020).

A população do Semiárido no Nordeste enfrenta há muito tempo os desafios climáticos que afetam sua subsistência. Muitos desses indivíduos dependem da agricultura e pecuária em pequenas propriedades, mas devido à escassez de chuvas ao longo dos anos, frequentemente enfrentam dificuldades para produzir alimentos suficientes para garantir sua segurança alimentar e a de suas famílias (Braga et al., 2020). Dados de Castro (2011) revelam que, nos últimos três séculos, cerca de um terço dos anos na região foram marcados por chuvas quase inexistentes, escassas ou mal distribuídas.

No entanto, a partir da década de 90, começaram a surgir mudanças nesse cenário, impulsionadas pela pressão de movimentos sociais e pela necessidade de estudos acadêmicos que destacassem a importância da agricultura familiar em países em desenvolvimento. Como resultado, foi elaborada e implementada a primeira política agrícola nacional voltada especificamente para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Bianchini, 2015). O PRONAF foi criado com base em recomendações da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) (1994), com o objetivo de buscar estratégias para promover a inserção competitiva da agricultura familiar no mercado. Embora o PRONAF tenha um escopo setorial focado na dimensão produtiva e seja

seletivo por natureza, priorizando o acesso ao crédito para o segmento mais capitalizado da agricultura familiar, sua importância no contexto brasileiro é reconhecida (Borsatto et al., 2020).

Algumas dessas políticas foram além da perspectiva setorial, se apoiando em uma complexa abordagem de desenvolvimento territorial, possuindo objetivos como o fomento ao desenvolvimento local econômico, a garantia da segurança nutricional e alimentar para as pessoas em situação de vulnerabilidade, além do apoio à agricultura familiar (Farias, Neto, Vianna, 2020). Entre as distintas experiências nessa perspectiva, se destaca a criação e utilização de mercados institucionais, o que significa na prática se valer da demanda dos equipamentos públicos para adquirir alimentos dos agricultores, impulsionando e fomentando novos mercados locais, fazendo esses mercados mais eficientes (Borsatto et al., 2020).

Nessa conjuntura, surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MALUF et al., 2015). Em termos técnicos, a criação do PAA e PNAE representou a real possibilidade de aquisição de alimentos e produtos diretamente da agricultura familiar, sem muita burocracia (Companhia Nacional de Abastecimento, 2018). Sendo o mercado operado a partir de compra realizada por entidades/órgãos da administração pública (municipal, estadual e federal) e destinada para asilos, creches, escolas, dentre outras instituições beneficiárias. Os alimentos são adquiridos a um preço de referência pesquisados nos mercados regionais (Borsatto et al., 2020).

No Brasil, existem aproximadamente 5.073.324 pequenas propriedades rurais que empregam 80% da mão de obra do setor agrícola, representando cerca de 25 milhões de agricultores familiares. Além disso, a agricultura familiar é responsável pela produção de quase 70% dos alimentos consumidos pela população e contribui com 40% do valor total da produção agropecuária nacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Portanto, diversos fatores são essenciais para o desenvolvimento adequado da agricultura, como características territoriais, condições agroecológicas, acesso aos mercados, ambiente político, recursos naturais, acesso à terra, serviços de extensão, financiamento, educação especializada, tecnologia, condições socioculturais, demográficas e econômicas, entre outros (Nogueira et al., 2014; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Nesse contexto, os municípios são considerados o ambiente onde a vida dos cidadãos é efetivamente concretizada, representando o cerne das relações. Portanto, é fundamental que os programas e ações sejam executados nesse nível, com o objetivo principal de promover o bem-estar dos cidadãos (Brasil, 2008; Leite et al., 2018). Dessa forma, pode-se inferir que as políticas públicas devem começar no âmbito municipal e estar alinhadas às prioridades e demandas

estabelecidas localmente. Em tempos de crise econômica e recessão, especialmente como a que estamos vivenciando, os órgãos públicos enfrentam grandes desafios, exigindo mudanças e transformações para tornar a máquina pública verdadeiramente eficiente (Leite et al., 2018; Diniz, Pontes; Pinheiro, 2020).

A gestão municipal desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico das regiões, sendo responsável por promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, a perspectiva das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a promoção da agricultura familiar têm se mostrado estratégias relevantes para impulsionar o progresso em municípios como Sousa, na Paraíba.

Nesse contexto é que surge a Lei 11.079 de 2004 das Parcerias Público-Privadas, para propiciar ingresso de recursos do setor privado na execução de serviços públicos ou contratos. A lei define diversas as normas para o novo contrato administrativo (Parcerias Público-Privadas), delimita o seu âmbito de aplicação, estabelece o seu conceito e também enumera os princípios a (Brasil, 2004).

As Parcerias Público-Privadas por um lado, envolvem, a utilização de recursos privados para que o Estado, possa atingir as suas finalidades e, por outro, possibilita ao setor privado a atuação em atividades que muitas vezes e de natureza do setor público. O mecanismo catalisador da parceria, e uma das inovações principais da lei, é a garantia prestada pelo setor público ao setor privado sobre as suas possibilidades de retorno (Rempel; Ruscheinsky, 2021).

As interações da com o setor público, com o setor privado e com o mundo do empreendedorismo é robusta e cada vez mais crescente (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2018). Conforme Taurion (2016), ações como essas tem sido um dos pilares do crescimento do agronegócio brasileiro na atuação conjunta com parcerias.

A atuação municipal em Parcerias Público-Privadas ligados a agricultura, como irrigação, disponibilização de sementes, construção de estradas e outros, são considerados de interesse público, porque permitem o desenvolvimento regional, trazendo viabilidade para a produção agrícola e aumentam a renda desses produtores. Tal concepção coloca essas parcerias em uma categoria de investimento, tal como infraestrutura básica (Rodrigues; Jordão, 2018).

Neste contexto, o objeto do estudo é o conjunto de aspectos econômicos primordiais para utilização dessa alternativa pelo Município, a fim de resolver as questões problemáticas existentes. Desta forma, os recursos advindos do setor privado podem diminuir o hiato entre os investimentos necessários e os investimentos realizados.

Cabe lembrar que, no Brasil, em muitos municípios, as parcerias público-privadas não estão disseminadas ou estão em processo de regulamentação, e, em muitos casos, ainda não

saíram das análises iniciais dos marcos regulatórios. As aplicações práticas ainda são poucas em diversos setores.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as parcerias público-privadas na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no município de Sousa – PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Realizar uma revisão sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura no semiárido Brasileiro;
- b) Identificar os aspectos básicos das Parcerias Público-Privadas e a forma de gestão e de regulação das parcerias;
- c) Analisar as parcerias realizadas e os benefícios gerados na agricultura familiar no município estudado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para compreender adequadamente a agricultura familiar, é essencial entender o verdadeiro significado desse termo. A vida no campo nos dias de hoje exige uma compreensão da interdependência dos processos que ocorrem globalmente. A relação entre a cidade e o campo tem um impacto significativo na produção de alimentos, especialmente em momentos como a pandemia, em que podemos observar a influência nos insumos e nas matérias-primas (Nepomoceno, 2021). Essa interdependência não se limita apenas à forma de produção, mas também abrange novas estratégias para lidar com diversos desafios.

A agricultura familiar desempenha um papel de grande importância no contexto agropecuário brasileiro, devido ao seu papel na produção de alimentos, na geração de renda e no cuidado com o meio ambiente (Rambo; Tarsitano; Laforga, 2016). Ao longo dos últimos séculos, a sociedade tem sido moldada pelo capitalismo comercial europeu, com seus modos de produção capitalista baseados na busca por lucros e acumulação de riquezas, na predominância da propriedade privada, na exploração do trabalho assalariado e na divisão de classes sociais (Pasqualotto, Kaufmann; Wizniewsky, 2019).

Nesse contexto, uma das principais maneiras pelas quais o capitalismo busca explorar, conquistar e dominar é através do colonialismo. As revoluções industriais desempenharam um papel significativo na consolidação desse sistema, uma vez que introduziram o uso de máquinas para acelerar a produção fabril de alimentos e aumentar a produtividade agrícola (Mazoyer; Roudart, 2010).

No início do século XX, o capitalismo industrial se estabeleceu no Brasil e seguiu o padrão de colonização europeia ao avançar sobre a agricultura, explorando as terras e expropriando os povos indígenas que habitavam o território (Campos, 2014).

De acordo com Zocche e Druciaki (2016), os indígenas foram os primeiros fornecedores de alimentos para os colonizadores portugueses que exploraram as terras brasileiras. Amaral (1958) explica que, durante o período do "descobrimento do Brasil", os ameríndios já desenvolviam a agricultura, cultivando diversas espécies como mandioca, abóboras, feijão, arroz e outras culturas agrícolas, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, que são culturas de herança portuguesa.

Rambo, Tarsitano e Laforga (2016) observam que quando os portugueses chegaram ao Brasil no século XVI, os Tupis eram o primeiro grupo indígena a habitar a região e foram

responsáveis pelos primeiros avanços na agricultura. Eles cultivavam extensas áreas na floresta, conhecidas como roçados, o que ajudava a suprir as carências alimentares e garantir uma variedade abundante de alimentos ao longo do ano.

Brumer et al. (1997) destacam que a trajetória histórica da agricultura familiar no Brasil é profundamente influenciada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, caracterizadas por três elementos-chave: grandes propriedades rurais, monoculturas destinadas à exportação e a escravidão. Assim, pode-se afirmar que o modelo de agricultura camponesa brasileira é resultado dos processos sociais que moldaram a história agrícola do país, marcada pela dominação econômica, social e política das grandes propriedades, pela escravidão e pela expansão contínua das fronteiras agrícolas através da ocupação e posse de terras (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Na visão de Rambo, Tarsitano e Laforga (2016), a agricultura familiar no Brasil sempre ocupou uma posição secundária na sociedade, enfrentando inúmeras lutas para estabelecer seu espaço na economia e na sociedade. Ela surgiu em um contexto de precariedade jurídica, econômica e social em relação ao controle dos meios de trabalho, produção e terra. Além disso, foi caracterizada pela simplicidade dos sistemas de cultivo, das técnicas de produção e pela pobreza da população envolvida nessas atividades.

Schneider e Cassol (2013) afirmam que o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil são eventos recentes. Eles destacam três fatores que impulsionaram esse processo: em primeiro lugar, o ressurgimento do movimento sindical após o fim da ditadura militar; em segundo lugar, o debate entre intelectuais sobre essa temática no início da década de 90; e, por fim, o papel do Estado e das políticas públicas, que contribuíram para o reconhecimento e a visibilidade desse setor.

A agricultura familiar é caracterizada pelo cultivo em propriedades rurais de pequeno porte. Essa forma de agricultura recebe essa designação porque é conduzida por grupos familiares, que podem ser pequenos produtores, agricultores ou contar com alguns funcionários. A colheita é destinada tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização do excedente (Savoldi, Cunha, 2010).

Do ponto de vista conceitual, conforme Sícoli (2017), é essencial que a produção mantenha seu caráter familiar, ou seja, é exigida a presença de pelo menos um membro da família que desempenhe as atividades de gestão da produção e também as tarefas trabalhistas. Dessa forma, a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e grande parte do trabalho são realizados por pessoas que possuem laços de parentesco ou casamento entre si.

No contexto agrícola brasileiro, de acordo com o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, cerca de 85% dos estabelecimentos agrícolas do país são de pequenos e médios produtores, o que engloba a população da agricultura familiar. No entanto, esses agricultores familiares possuem proporções menores em termos de dimensão territorial e produção (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

A agricultura familiar ocupa aproximadamente 25% da área total destinada à agricultura. Essa forma de produção se concentra principalmente na sustentação da própria família, sendo conhecida como agricultura de subsistência, na qual o agricultor desempenha o papel de mão-de-obra e é o principal consumidor dos alimentos produzidos. A venda dos excedentes da produção é secundária, uma vez que o foco principal é suprir as necessidades do agricultor e de sua família (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

A importância da agricultura familiar é reconhecida globalmente, abrangendo tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos no mundo. No entanto, conforme observado por Nepomoceno (2021), apesar de desempenhar um papel expressivo na produção de alimentos, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios para alcançar maior rentabilidade e sustentabilidade, o que compromete a continuidade das atividades dos pequenos produtores.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Nas últimas duas décadas, ocorreram importantes transformações no cenário político e nas dinâmicas sociais do Brasil. O marco inicial dessas mudanças pode ser identificado após a promulgação da Constituição de 1988, que atualmente regula o arcabouço jurídico e social do país (Dos Anjos; Caldas; Sivini, 2016). No entanto, estabelecer uma marca temporal é sempre desafiador quando se trata de compreender os processos sociais e suas mudanças, especialmente considerando as interações entre o presente e o passado (Delgado; Bergamasco, 2017).

Nesse período recente de aproximadamente 30 anos, foram criados espaços de participação social, estabelecidas novas relações entre a sociedade civil e o Estado, emergiram e foram reconhecidos novos atores como sujeitos de direito, foram institucionalizadas regras e instrumentos de políticas públicas, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado, permitindo a redefinição de normas e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população, especialmente as das áreas rurais. Esses são apenas alguns

exemplos das mudanças iniciadas nos últimos 30 anos e que, em grande parte, ainda estão em curso (Baiardi, 2014).

A agricultura familiar emerge como um objeto central e protagonista dessas transformações, sendo reconhecida pelo Estado a partir da década de 1990 como uma categoria política e social (Lima; Silva; Iwata, 2019). Esse reconhecimento conferido à agricultura familiar e as políticas desenvolvidas para esse amplo grupo social geraram repercussões tanto no âmbito nacional quanto internacional (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016).

Destaca-se a relevância do fortalecimento da democracia nesse processo, como apontado por Abramovay e Morello (2010). A democracia desempenha um papel fundamental nas grandes mudanças ocorridas no meio rural brasileiro nos últimos 20 anos, contribuindo para a redução da pobreza, a melhoria da distribuição de renda e o estímulo a transformações nos padrões empresariais, com ênfase no bem-estar das pessoas e na resiliência dos ecossistemas como base da própria vida econômica.

Historicamente, a agricultura familiar, anteriormente denominada como "pequenos agricultores", sempre esteve à margem das ações estatais, muitas vezes agravando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento adotadas no Brasil (Pasqualotto; Kaufmann; Wizniewsky, 2019).

Esse cenário passou por transformações a partir dos anos 1990, impulsionadas pela pressão de movimentos sociais e pela necessidade de estudos acadêmicos que evidenciassem a importância da agricultura familiar em países em desenvolvimento. Como resultado, foi elaborada e implementada a primeira política agrícola nacional voltada especificamente para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Bianchini, 2015).

A Constituição de 1988 abriu espaços para maior participação social e reconhecimento de direitos, e a criação do PRONAF em 1995 desencadeou o surgimento de outras políticas para o desenvolvimento rural. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar - SAF dentro do MDA em 2001, institucionalizou a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país (Sousa; Niederle, 2021).

Em 2006, a Lei da Agricultura Familiar foi regulamentada, reconhecendo essa categoria social, definindo sua estrutura conceitual e orientando as políticas públicas voltadas para esse grupo (Dos Anjos; Caldas; Sivini, 2016). O Brasil é frequentemente destacado por organizações internacionais multilaterais devido à estrutura institucional e política que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar. Esses formatos, objetivos e políticas têm sido "exportados" para outros países (Lima; Silva; Iwata, 2019).

O PRONAF foi elaborado a partir de recomendações da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) (1994), sob a ótica de buscar estratégias para a inserção no mercado da agricultura familiar de maneira competitiva. A importância do PRONAF no contexto brasileiro é reconhecida, apesar de possuir um escopo setorial, focado na dimensão produtiva, e ser seletivo por essência, ao privilegiar o acesso ao crédito do segmento mais capitalizado da agricultura familiar (Borsatto et al., 2020).

Algumas dessas políticas foram além da perspectiva setorial, se apoiando em uma complexa abordagem de desenvolvimento territorial, possuindo objetivos como o fomento ao desenvolvimento local econômico, a garantia da segurança nutricional e alimentar para as pessoas em situação de vulnerabilidade, além do apoio à agricultura familiar. Entre as distintas experiências nessa perspectiva, se destaca a criação e utilização de mercados institucionais, o que significa na prática se valer da demanda dos equipamentos públicos para adquirir alimentos dos agricultores familiares, impulsionando e fomentando novos mercados locais, fazendo esses mercados mais eficientes (Belik, Fornazier, 2017; Borsatto et al., 2020).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi desenvolvido com base nas recomendações da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 1994, com o objetivo de buscar estratégias para promover a inserção competitiva da agricultura familiar no mercado. Embora o PRONAF seja reconhecido como importante no contexto brasileiro, é importante destacar que possui um escopo setorial, focado principalmente na dimensão produtiva, e é seletivo por natureza, priorizando o acesso ao crédito para os agricultores familiares mais capitalizados (Borsatto et al., 2020).

Algumas políticas públicas foram além desse enfoque setorial, adotando uma abordagem mais abrangente de desenvolvimento territorial. Essas políticas têm objetivos como o estímulo ao desenvolvimento econômico local, a garantia da segurança alimentar e nutricional das pessoas em situação de vulnerabilidade, além de apoiar a agricultura familiar. Uma das experiências relevantes nessa perspectiva é a criação e utilização de mercados institucionais, que envolvem o uso da demanda de instituições públicas para adquirir alimentos dos agricultores familiares, impulsionando e fortalecendo os mercados locais, tornando-os mais eficientes (Belik, Fornazier, 2017; Borsatto et al., 2020).

Nesse contexto, surgiram o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Maluf et al., 2015). Em termos práticos, a criação do PAA e PNAE possibilitou a aquisição direta de alimentos e produtos provenientes da agricultura familiar, sem muita burocracia (CONAB, 2018). O mercado é operado por entidades e órgãos da administração pública (municipal, estadual e

federal) e os alimentos são destinados a instituições beneficiárias como asilos, creches, escolas, entre outras. Os alimentos são adquiridos a preços de referência pesquisados nos mercados regionais (Borsatto et al., 2020).

Nos últimos 20 anos, houve uma proliferação de políticas públicas abrangentes voltadas para a agricultura familiar, que tiveram início na década de 1990. Essas políticas podem ser agrupadas e sistematizadas em três gerações, cada uma com seus próprios enfoques: a primeira com foco no aspecto agrícola e agrário, a segunda voltada para políticas sociais e assistenciais, e a terceira direcionada para a construção de mercados visando a segurança alimentar e nutricional, bem como a sustentabilidade (Borsatto et al., 2020).

Essas políticas públicas representaram avanços significativos no apoio à agricultura familiar, buscando não apenas fortalecer a produção agrícola, mas também promover o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental. A criação do PAA e PNAE possibilitou a valorização dos agricultores familiares, ao estabelecer canais diretos de comercialização e garantir a oferta de alimentos saudáveis nas instituições beneficiárias.

Além disso, outras políticas foram implementadas ao longo dessas duas décadas, visando a promoção do desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Foram criados programas de capacitação e assistência técnica, incentivos à agroecologia, acesso ao crédito rural, regularização fundiária e infraestrutura para escoamento da produção. Essas ações têm como objetivo promover a inclusão social, reduzir a pobreza no meio rural e fortalecer a agricultura familiar como pilar fundamental da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil têm sido reconhecidas internacionalmente como referência, sendo replicadas em outros países. O compromisso do Estado em promover a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional demonstra a importância desse setor na construção de um sistema agrícola mais justo, equitativo e sustentável.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliar o acesso a políticas de apoio, superar desigualdades regionais, promover a diversificação produtiva. A contínua implementação e aprimoramento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são fundamentais para garantir a sua sustentabilidade e contribuir para o desenvolvimento rural e socioeconômico do país.

3.3 GESTÃO MUNICIPAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A gestão municipal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das regiões, sendo responsável por promover o progresso local e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse contexto, Mello (2017) têm destacado a importância da gestão municipal e abordado os desafios e responsabilidades dos gestores públicos.

De acordo com Mello (2017), um dos maiores especialistas em direito administrativo no Brasil, a gestão municipal desempenha um papel estratégico na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Ele ressalta que os gestores públicos municipais têm a responsabilidade de implementar políticas e projetos que atendam às necessidades da comunidade, garantindo a prestação de serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e infraestrutura.

Justen Filho (2017), renomado jurista brasileiro, enfatiza que a gestão municipal eficiente é um fator determinante para a atração de investimentos e para o desenvolvimento econômico local. Segundo ele, os gestores municipais precisam estabelecer estratégias que valorizem o potencial econômico da região, criem um ambiente favorável aos negócios e promovam a geração de emprego e renda.

Meirelles (2022), destaca que a gestão municipal eficaz envolve a utilização racional dos recursos públicos, o estabelecimento de parcerias e a busca por soluções inovadoras. Ele ressalta a importância da transparência, da participação cidadã e da accountability na gestão municipal, elementos essenciais para a construção de uma administração pública responsável e comprometida com o desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, os gestores municipais também enfrentam uma série de desafios. Autores como Carvalho Filho (2018) e Di Pietro (2020) alertam para a complexidade da gestão pública municipal, destacando as dificuldades na captação de recursos, a necessidade de planejamento eficiente e a pressão por resultados imediatos. Para superar esses desafios, os autores defendem a importância da gestão participativa e da articulação entre o setor público, a sociedade civil e o setor privado, onde a colaboração e o diálogo entre esses atores são essenciais para o desenvolvimento sustentável e para a solução dos problemas locais.

Diversas pesquisas destacam a importância dessas políticas no contexto municipal. Por exemplo, segundo Martins et al. (2023), as políticas públicas municipais têm um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que podem fornecer assistência

técnica, capacitação e acesso a mercados, contribuindo para o aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

Outro estudo realizado por Aguiar et al., (2014) ressalta a importância das políticas públicas municipais na promoção da segurança alimentar e nutricional por meio do apoio à agricultura familiar. Essas políticas podem incluir programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar para abastecer a merenda escolar e outras instituições, o que fortalece os agricultores locais e contribui para a oferta de alimentos saudáveis.

Além disso, as políticas públicas municipais podem englobar a criação de cooperativas, associações e feiras para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, como ressaltado por Cardoso et al., (2018). Essas iniciativas promovem a organização dos agricultores, o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e o aumento da renda familiar.

Nesse sentido, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar na esfera municipal desempenham um papel crucial no fortalecimento desse setor, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Essas políticas abrangem desde assistência técnica e acesso a recursos até programas de compras públicas e incentivos para a comercialização, contribuindo para o aumento da produtividade, da renda e da segurança alimentar das famílias rurais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa trata-se de um estudo documental, exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2011) a pesquisa exploratória é muito utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão e a pesquisa descritiva.

Segundo Richardson (2011) é preciso efetuar pesquisas qualitativas para que se possa compreender o problema, pois este tipo de pesquisa apresenta uma forma não-estruturada, que permite interpretar a subjetividade do sujeito, que tem uma relação com a realidade. Já o estudo descritivo segundo Malhotra; Rocha e Laudisio (2005) é descrever algo, principalmente as características e funções de determinado item.

4.2 LOCAL DO ESTUDO

A cidade escolhida para realizar a pesquisa foi o município de Sousa – PB, cidade que ocupa uma área total de 738,547 km² e soma uma população de 68.822 habitantes. Localizado no interior da Paraíba. Pertence à Mesorregião do Sertão Paraibano e está distante 428 Km da capital João Pessoa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Segundo dados do último censo agropecuário existem no município cerca de 1.726 unidades estabelecimentos agropecuários. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural do município, existem cerca de 4.583 agricultores e produtores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

4.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos através da base de dados Portal Sagres do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Além disso, foi realiza o contato e solicitação das ações desenvolvidas com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente por meio de ofício conforme Apêndice I.

A análise foi realizada dos últimos 3 anos de gestão da prefeitura municipal de Sousa – PB.

4.4 ANALISE DOS DADOS

Após a obtenção dos valores gastos com a agricultura familiar, por meio da base de Portal Sagres do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, e do site da Prefeitura Municipal de Sousa - PB, foi possível realizar uma análise relacionados às ações desenvolvidas para a agricultura familiar.

Ao entrar em contato e solicitar as informações à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, foi coletado dados específicos sobre as ações em andamento para apoiar e fortalecer a agricultura familiar na cidade de Sousa.

Dentre as ações que foi identificada, destacam-se:

- ✓ Programa de capacitação e assistência técnica: A Prefeitura oferece treinamentos, cursos e assistência técnica aos agricultores familiares, com o objetivo de promover a adoção de práticas sustentáveis, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas.
- ✓ Fornecimento de insumos e equipamentos: Através de parcerias e convênios, a Prefeitura disponibiliza insumos agrícolas, como sementes, fertilizantes e agroquímicos, bem como equipamentos, como tratores e implementos agrícolas, para auxiliar os agricultores familiares em suas atividades.
- ✓ Apoio à comercialização: A administração municipal busca promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através da criação de feiras e mercados locais, bem como estabelecendo parcerias com programas de compra direta do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- ✓ Infraestrutura rural: A Prefeitura realiza investimentos na infraestrutura rural, como a construção e recuperação de estradas vicinais, para facilitar o escoamento da produção agrícola e o acesso dos agricultores familiares aos centros de comercialização.
- ✓ Regularização fundiária: A administração municipal busca regularizar a situação fundiária das propriedades rurais da agricultura familiar, garantindo segurança jurídica e acesso a créditos e programas de financiamento.
- ✓ E por fim, quais as parcerias público/privado que a prefeitura realiza.

Essas ações podem evidenciar o comprometimento da Prefeitura de Sousa com o fortalecimento da agricultura familiar, visando promover o desenvolvimento econômico e social do município.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa foram organizados em quatro categorias principais. A primeira categoria concentrou-se nos Aspectos Gerais das PPPs, fornecendo uma visão desse modelo de colaboração no âmbito municipal. Em seguida, a análise se voltou para as Parcerias e Benefícios para a Agricultura Familiar, explorando de que maneira essas parcerias impactam positivamente os agricultores locais. A terceira categoria abordou a Identificação das Ações das PPPs em Sousa – PB. Por fim, a Avaliação das PPPs em Sousa – PB, proporciona uma análise sobre a eficácia e os desafios enfrentados por essas parcerias no contexto local.

5.1 ASPECTOS GERAIS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA – PB

O primeiro questionamento destaca como o município de Sousa-PB aborda e gerencia as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Segundo a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

O gerenciamento é feito através de assembleias e reuniões semestralmente, afim de verificar as ações em prol de uma agricultura familiar consistente (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

A abordagem do município de Sousa-PB para as Parcerias Público-Privadas (PPPs) na promoção da agricultura familiar é estruturada por meio de assembleias e reuniões semestrais. Esses encontros, nos quais participam membros da comunidade, representantes governamentais e empresários locais, constituem a espinha dorsal do gerenciamento das PPPs. Durante essas reuniões, ocorre um processo decisório significativo, delineando ações específicas para fortalecer a agricultura familiar.

A participação da comunidade na visão de Milani (2008) é um fator fundamental nesse contexto. Para o autor, a ação pública local não se limita apenas à intervenção do governo, mas representa um esforço coletivo em que tanto atores governamentais quanto não governamentais participam de um processo político que aborda uma questão de interesse público. A intensidade dessa ação pública local é determinada pelo grau de envolvimento de atores governamentais e não governamentais em torno de uma política pública específica.

O segundo questionamento foi sobre os principais regulamentos e estratégias utilizados para monitorar e regular as parcerias público-privadas relacionadas à agricultura familiar no município.

A principal estratégia é manter os termos de cooperação técnica sempre em vigor e garantir a renovação posterior dos mesmos para manter as ações em pleno funcionamento (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

A estratégia central do município de Sousa-PB para monitorar e regular as Parcerias Público-Privadas (PPPs) relacionadas à agricultura familiar é a ênfase na cooperação técnica, mantendo os termos dessa cooperação constantemente em vigor e garantindo sua renovação subsequente para assegurar a continuidade efetiva das ações.

A manutenção contínua dos termos de cooperação técnica não apenas ressalta a relevância desses acordos, mas também evidencia uma abordagem para a regulação das PPPs. Esta estratégia visa prevenir potenciais problemas e garantir que as parcerias permaneçam alinhadas aos objetivos estabelecidos pelo município.

5.2 PARCERIAS E BENEFÍCIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente destaca-se como exemplos específicos de parcerias público-privadas para promover a agricultura familiar em Sousa-PB:

A Garantia Safra; Distribuição de Sementes; Distribuição de Alevinos; Mudas; Regularização Fundiária e Projeto Fomento Mulher (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

A promoção da agricultura familiar em Sousa-PB é impulsionada por uma variedade de parcerias público-privadas (PPPs) que visam fortalecer e apoiar os agricultores locais. Entre essas colaborações, destaca-se o programa Garantia Safra, que busca proporcionar uma rede de segurança financeira aos agricultores familiares em face de perdas causadas por eventos climáticos adversos. O Programa Garantia Safra desempenha um papel crucial para os pequenos produtores que enfrentam perdas nas safras devido a condições climáticas adversas, especialmente no Semiárido brasileiro. Integrado a um conjunto de políticas de assistência social, este programa, juntamente com o auxílio emergencial, tem contribuído significativamente para reduzir o impacto das secas na vida das famílias agrícolas no Nordeste em comparação com o século passado. Apesar desses avanços, é evidente, a partir da análise

realizada, que é necessário um aprimoramento mais preciso das legislações que regulamentam o Garantia Safra para transformá-lo em uma política pública exemplar (SILVA et al., 2021).

Outra parceria é a distribuição de sementes é uma iniciativa que facilita o acesso dos agricultores a sementes de qualidade, promovendo o aumento da produtividade e a diversificação das culturas. A distribuição de mudas, por sua vez, é essencial para fomentar a diversificação agrícola e a preservação ambiental, oferecendo aos agricultores acesso a mudas de qualidade para frutas, árvores e plantas diversas.

Além disso, a distribuição de alevinos representa um compromisso com a aquicultura sustentável, visando impulsionar a produção de peixes e contribuir para a segurança alimentar. Os alevinos de tilápia são disponibilizados para famílias de agricultores familiares, contribuindo para a geração de renda e garantindo o acesso a um alimento de alta qualidade. Além de promover a produção de pescados nas regiões continental e costeira, esse programa abrange também a produção e o repovoamento de corpos hídricos com alevinos.

Outra parceria significativa é voltada para a regularização fundiária, abordando questões relacionadas à posse da terra e proporcionando segurança jurídica aos agricultores familiares. Por fim, o Projeto Fomento Mulher destaca o compromisso específico com o empoderamento feminino na agricultura, oferecendo suporte financeiro, técnico e educacional às mulheres envolvidas na agricultura familiar.

Esses exemplos ilustram a diversidade de parcerias estabelecidas em Sousa-PB, cada uma abordando aspectos específicos, desde a proteção contra perdas até o apoio direto à produção e ao desenvolvimento sustentável. Essas colaborações desempenham um papel crucial no fortalecimento da resiliência dos agricultores, bem como no crescimento econômico e social da região.

Sobre os benefícios práticos que essas parcerias têm gerado para os agricultores familiares do município, a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente destaca que:

Garantia do homem no campo; aumento da produtividade; desenvolvimento da renda sustentável; melhor qualidade de vida do homem do campo (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

As políticas públicas voltadas para a permanência do homem no campo desempenham um papel fundamental na vitalidade das comunidades rurais. Ao abordar questões como acesso a recursos, incentivo à diversificação agrícola, assistência técnica e infraestrutura rural, essas políticas visam criar um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social no meio rural. Além de garantir a subsistência das famílias agricultoras, essas iniciativas contribuem

para a preservação da identidade cultural, a manutenção das atividades agropecuárias e a oferta de alimentos saudáveis para a sociedade em geral (RODRIGUES; PERIPOLLI, 2014).

Ao reconhecer a importância estratégica do homem no campo, as políticas públicas se tornam instrumentos valiosos na construção de comunidades rurais resilientes e prósperas.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA – PB

No quadro 1 é realizado uma análise das ações do município de Sousa- PB voltadas para agricultura familiar e como essas ações são realizadas.

Quadro 1: Análise das ações do município de Sousa- PB.

Ações	Como é realizado
Programas de assistência técnica estruturado e implementado no município	Abastecimento de água através da construção de cisterna, corte de terras para plantio no período invernos, entrega de alevinos, construção de barreiros e açudes na zona rural para captação e armazenamento de água.
Programa em termos de adoção de práticas sustentáveis	Programa de Agricultura Sustentável através da construção de viveiros de mudas e produção de hortaliças para o consumo próprio nas escolas e centros de reabilitação.
Parcerias e convênios estabelecidos para fornecer insumos e equipamentos	Parceria através da EMPAER e CONAB para distribuição de sementes beneficiadas de milho para o plantio de sequeiro na agricultura familiar.
Estratégias de apoio adotadas para promover a comercialização	Manter o termo de cooperação técnica junto a EMPAER, responsável por elaborar os projetos e orientar os produtores a promover a comercialização dos produtos vindo da agricultura familiar.
Programas Governamentais de apoio	Através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Infraestrutura Rural	Através do programa de construção de passagens molhadas, recuperação das estradas vicinais para escoação da produção.
Escoamento da Produção e Acesso aos Centros de Comercialização	Diminuição da ação de atravessadores, garantindo o contato direto do produtor rural com o comprador e estabilizando valores e garantia de compra.
Regularização Fundiária das Propriedades Rurais	Com termo de cooperação técnica junto ao INCRA onde formaliza um vínculo de assistência técnica relacionada a essa regularização.

Fonte: Dados da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023.

O quadro 1 mostra as ações direcionadas à agricultura familiar em Sousa-PB, delineando programas, parcerias e estratégias específicas implementadas para fortalecer esse setor crucial. Uma iniciativa é o abastecimento de água por meio da construção de cisternas, corte de terras, entrega de alevinos e a construção de barreiros e açudes na zona rural. Essas ações não apenas abordam as necessidades imediatas dos agricultores durante períodos invernosos, mas também contribuem para uma gestão sustentável e eficiente da água.

Outro ponto de destaque é o Programa de Agricultura Sustentável, que inclui a construção de viveiros de mudas e a produção de hortaliças para consumo próprio em escolas e centros de reabilitação. Essas abordagens são importantes, pois vão além do suporte à produção agrícola, integrando a agricultura em contextos educacionais e sociais, promovendo práticas sustentáveis (Colvero; Sampaio; Schopf, 2020).

A parceria estabelecida com a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a distribuição de sementes beneficiadas de milho representa uma medida significativa para fortalecer a base produtiva dos agricultores familiares. Essa colaboração é um exemplo de como as parcerias podem fornecer insumos essenciais para o plantio, impulsionando a produção agrícola.

A manutenção do termo de cooperação técnica com a EMPAER para orientação na elaboração de projetos e promoção da comercialização destaca a importância de fornecer suporte contínuo aos agricultores, melhorando práticas comerciais e garantindo um canal eficiente para a venda de produtos agrícolas.

Conforme destacado por Harvey (2011), o Estado desempenha um papel crucial ao prover "bens públicos" e infraestrutura social e física, elementos essenciais para a produção e troca capitalistas, mas que nenhum capitalista individual consideraria viável oferecer com fins lucrativos. Assim, o Estado deve atuar como um veículo por meio do qual os interesses de classe são manifestados em todas as etapas da produção, circulação e troca. Segundo o autor, a intervenção é necessária em todos os aspectos, uma vez que um sistema fundamentado no interesse próprio e na competição não consegue representar coletivamente os interesses de classe.

A participação em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), amplia as oportunidades de mercado para os agricultores familiares, contribuindo para a estabilidade econômica desses produtores por meio da diversificação de canais de venda.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenham um papel crucial de impulsionar uma estratégia abrangente de valorização da diversidade social presente na agricultura familiar e nas áreas rurais do Brasil. Seu propósito [r contrapor as disparidades sociais e regionais historicamente associadas às políticas estatais convencionais, que priorizavam a modernização tecnológica da agricultura nacional. O Pronaf foi concebido com ênfase especial em atender às demandas de produtores em uma fase específica de transição, aqueles com potencial para se tornarem empresas familiares sustentáveis. Esse processo de transição visa à incorporação de tecnologia e à adoção de práticas econômicas mais eficientes, alinhadas com as necessidades do mercado (Aquino; Schneider, 2011; Castro; Pereira, 2017)

Segundo Sá (2019) que analisou os impactos econômicos e sociais das compras públicas na agricultura familiar no município de Sousa – PB, destaca que as compras públicas tiveram um impacto significativo no aumento da renda dos agricultores, proporcionando benefícios econômicos e sociais notáveis. Um elemento crucial a ser destacado é que 45,5% dos participantes têm mais de 80% de sua produção destinada à administração pública. Essa constatação ressalta a relevância dos programas sociais implementados pelo governo federal, que direcionam benefícios diretamente para a agricultura familiar. Esse cenário evidencia a eficácia das iniciativas governamentais em promover não apenas a sustentabilidade econômica, mas também o bem-estar social dos agricultores envolvidos (Sá, 2019).

Outras ações são destacadas pela secretaria como as ações de infraestrutura rural, como a construção de passagens molhadas e a recuperação de estradas vicinais, não apenas facilitam o escoamento da produção, mas também reduzem as barreiras de acesso aos mercados, promovendo eficiência logística.

A estratégia de reduzir a atuação de atravessadores, garantindo o contato direto do produtor com o comprador e estabilizando valores e garantias de compra, destaca-se como uma abordagem eficaz para fortalecer a posição do agricultor familiar na cadeia produtiva. A formalização de um termo de cooperação técnica junto ao INCRA para assistência técnica na regularização fundiária é crucial para garantir a segurança jurídica das propriedades rurais. Essa ação contribui para a estabilidade e desenvolvimento a longo prazo, assegurando os direitos dos agricultores familiares sobre suas terras.

No quadro 2 destaca-se os procedimentos Licitatórios no ano de 2021.

Quadro 2: Procedimentos Licitatórios no ano de 2021.

Data	Valor	Especificação
27/01/2021	139.500,00	Contratação de terceiro para a locação de trator arador com grade, com dimensões mínimas de 16 discos, destinado a corte de terra na zona rural, oriundo do pregão 92/2020 que restou deserto, para dar a continuidade as atividades diárias do município junto a secretaria de agricultura.
29/01/2021	1.989.446,00	Contratação de Pessoa Jurídica Para prestação de serviços de veículos tipo Máquinas Pesadas
02/07/2021	251.301,00	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para de forma complementar atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para alunos da rede de educação básica pública verba FNDEPNAE
12/07/2021	12.000,00	Aquisição de 50.000 mil alevinos do gênero tilápia, para serem distribuídas aos piscicultores estabelecidos no município de Sousa, Suprindo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
10/11/2021	612.900,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada para atender as necessidades do município de Sousa-PB

Fonte: Portal Sagres, 2023.

Ao longo do ano de 2021 destaca-se a contratação de terceiros para a locação de um trator arador com grade, destinado ao corte de terra na zona rural, uma contratação de prestação de serviços de veículos tipo máquinas pesadas, aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, a aquisição de 50.000 alevinos de tilápia e por fim a aquisição de uma patrulha mecanizada.

Ao todo foram 5 processos licitatórios no ano de 2021. Esses procedimentos licitatórios demonstram investimentos estratégicos que impactam positivamente a agricultura, a infraestrutura local e a segurança alimentar.

No quadro 3 destaca-se os procedimentos Licitatórios no ano de 2022.

Quadro 3: Procedimentos Licitatórios no ano de 2022.

Data	Valor	Especificação
01/02/2022	12.000,00	Aquisição de 50.000 alevinos do gênero Tilápia, para serem distribuídas aos piscicultores estabelecidos no município de Sousa, suprindo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
23/02/2022	87.799,96	Contratação de terceiro para promover corte de terras na zona rural de Sousa PB, a cargo da Secretaria de Agricultura
04/04/2022	617.229,35	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e para de forma complementar atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE no município de Sousa
08/04/2022	17.310,00	Contratação de pessoa jurídica para aquisição direta de plantas ornamentais, conforme termo de referência, atendendo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
18/05/2022	107.538,00	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para atender as necessidades da central de abastecimento para a comercialização da agricultura familiar do Município Sousa-PB.
22/06/2022	45.000,00	Aquisição de mudas de coqueiro para atender as necessidades da secretaria de agricultura do município de Sousa-PB.
16/09/2022	7.200,00	Aquisição de 40.000 mil alevinos do gênero Tilápia, para serem distribuídas aos piscicultores estabelecidos no município de Sousa, suprindo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
28/12/2022	81.000,00	Contratação de terceiro para promover corte de terras na zona rural de Sousa PB a cargo da Secretaria de Agricultura conforme termo de referência

Fonte: Portal Sagres, 2023.

No ano de 2022 destaca-se a aquisição de 50.000 alevinos de tilápia, no valor de R\$ 12.000,00, destinados aos piscicultores locais. Essa medida reforça o compromisso contínuo com o desenvolvimento da piscicultura na região, beneficiando a comunidade agrícola.

No dia 23 de fevereiro de 2022, a contratação de terceiros para promover o corte de terras na zona rural, com um valor de R\$ 87.799,96, indica a importância atribuída às práticas agrícolas, evidenciando o suporte contínuo às atividades rurais fundamentais para o município.

A expressiva aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, totalizando R\$ 617.229,35, em 04 de abril de 2022, destaca-se como um investimento significativo para complementar o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa medida reforça o compromisso com a promoção da produção local na alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar.

A contratação de pessoa jurídica para aquisição direta de plantas ornamentais, no valor de R\$ 17.310,00, em 08 de abril de 2022 e de mudas de coqueiro, no valor de R\$ 45.000,00,

em 22 de junho de 2022, reforça o compromisso com a diversificação agrícola e a preservação ambiental, atendendo às demandas específicas da Secretaria de Agricultura.

A aquisição de equipamentos e materiais permanentes, totalizando R\$ 107.538,00, em 18 de maio de 2022, visa atender as necessidades da central de abastecimento para a comercialização da agricultura familiar. Essa medida destaca o suporte à infraestrutura necessária para impulsionar a comercialização dos produtos locais.

A segunda aquisição de 40.000 alevinos de tilápia, no valor de R\$ 7.200,00, em 16 de setembro de 2022, demonstra a continuidade do apoio à piscicultura local, suprimindo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. O último procedimento licitatório de 2022, realizado em 28 de dezembro, refere-se novamente à contratação de terceiros para promover o corte de terras na zona rural, com um valor de R\$ 81.000,00.

Quadro 4: Procedimentos Licitatórios no ano de 2023.

Data	Valor	Especificação
13/04/2023	252.846,00	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para de forma complementar atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para alunos da rede de educação básica pública verba FNDEPNAE
18/05/2023	828.719,52	contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços diários de veículos tipo máquinas pesadas para atender as necessidades das secretarias de infraestrutura agricultura e educação
18/05/2023	361.678,00	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para de forma complementar atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para alunos da rede de educação básica pública verba FNDEPNAE

Fonte: Portal Sagres, 2023.

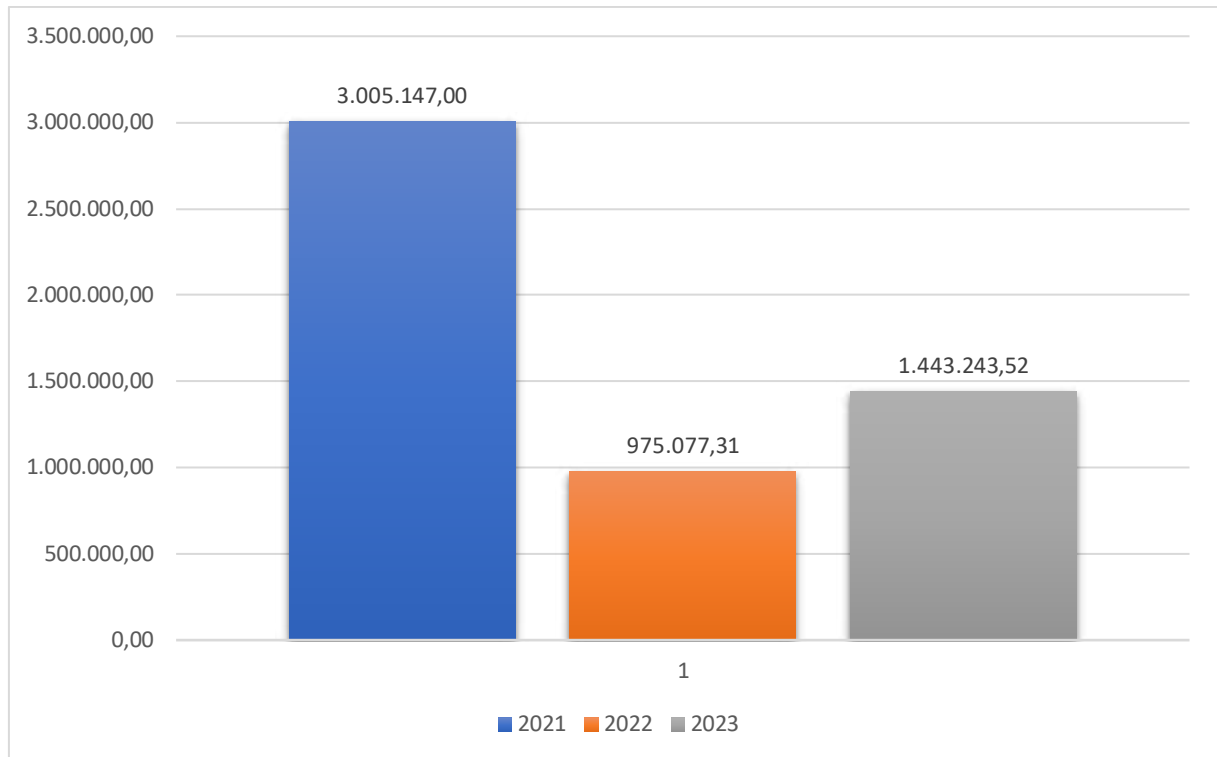
Nesse ano de 2023, nos dados até novembro destaca-se a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, totalizando R\$ 252.846,00, visando complementar o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para alunos da rede pública. Esse investimento reforça o compromisso municipal com a promoção da produção local na alimentação escolar.

No dia 18 de maio de 2023, duas iniciativas expressivas foram realizadas. A contratação de pessoa física ou jurídica para prestação diária de serviços com veículos tipo máquinas pesadas, com um valor de R\$ 828.719,52, sugere a execução de projetos ou trabalhos que demandam equipamentos especializados, indicando o foco na melhoria da infraestrutura, agricultura e educação. Simultaneamente, a aquisição adicional de gêneros alimentícios da

agricultura familiar, no valor de R\$ 361.678,00, reitera o suporte contínuo ao PNAE, consolidando o investimento na segurança alimentar e na valorização da produção local.

O gráfico 1 traz os valores licitados no período de 2021 a 2023.

Gráfico 1: Valores Licitados no período de 2021 a 2023.



Fonte: Portal Sagres, 2023.

O Gráfico 1 mostra os valores licitados no período de 2021 a 2023 em Sousa-PB, sobre as tendências nos investimentos públicos ao longo desses anos. Em 2021 nota-se um valor bem expressivo, atingindo R\$ 3.005.147,00. Esse pico sugere uma concentração de investimentos significativos, possivelmente associados a projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos ou implementação de programas específicos, indicando um ano de intensa atividade e desenvolvimento municipal.

No ano subsequente, 2022, os valores licitados apresentam uma redução notável, atingindo R\$ 975.077,31. Essa diminuição sugere uma possível adaptação nas prioridades orçamentárias, realocação de recursos ou uma fase de contenção de gastos. A análise mais detalhada das licitações específicas desse ano seria crucial para compreender as mudanças nas políticas municipais e as razões por trás dessa redução.

Já em 2023, observa-se uma recuperação nos valores licitados, atingindo R\$ 1.443.243,52. Essa retomada pode indicar uma reavaliação das prioridades, um aumento nas

demandas por serviços públicos ou a continuidade de projetos iniciados nos anos anteriores. A análise contextual desses investimentos é fundamental para entender as motivações por trás dessa recuperação e identificar as áreas específicas que receberam maior foco orçamentário.

No gráfico 2 é possível avaliar as especificações dos Procedimentos Licitatórios (2021, 2022 e 2023).

Gráfico 2: Especificação dos Procedimentos Licitatórios (2021, 2022 e 2023)



Fonte: Portal Sagres, 2023.

A locação de maquinário foi a ação que teve mais destinação de recursos, representando 55% dos procedimentos licitatórios. Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar representou o segundo lugar com 28%. A compra de maquinário ficou em terceiro lugar com 11%.

A significativa alocação de recursos na locação de maquinário, representando 55% dos procedimentos licitatórios, suscita a necessidade de um estudo aprofundado sobre a viabilidade da compra dessas máquinas em vez de optar pela modalidade de locação. A análise crítica desse cenário poderia avaliar não apenas os custos imediatos, mas também os benefícios a longo prazo e as implicações financeiras para o município. Considerando aspectos como a frequência de uso, a durabilidade dos equipamentos e as demandas futuras, a decisão entre locação e compra poderia ser respaldada por uma estratégia que otimize não apenas os recursos financeiros, mas também a eficiência e a sustentabilidade das operações municipais.

Outras iniciativas importantes incluem a "Contratação de Terceiro para Promover Corte de Terras" (R\$ 81.000) representou quase 2%, e a "Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes" (R\$ 107.538) quase 2%, destacando o investimento na infraestrutura para fortalecer a comercialização de produtos da agricultura familiar.

5.4 AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM SOUSA – PB

A avaliação das parcerias público-privadas em Sousa, Paraíba, representa um campo crucial de investigação. Neste contexto, a avaliação dessas parcerias emerge como um instrumento essencial para orientar políticas públicas e práticas de gestão, visando o aprimoramento contínuo e o fortalecimento da capacidade municipal de promover o bem-estar e o progresso sustentável.

De acordo com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente avaliação da eficácia do apoio em termos de impacto nas atividades agrícolas familiares é:

Regular. Estimula o agricultor familiar a permanecer com a atividade agrícola de subsistência ou de comercialização para seu sustento ou consumo próprio (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

De acordo com a resposta, esses apoios têm um impacto positivo ao estimular os agricultores familiares a permanecerem engajados nas atividades agrícolas, seja para subsistência ou para a comercialização destinada ao próprio sustento ou consumo. A ênfase na dualidade da agricultura familiar, abrangendo não apenas a produção de alimentos para a família, mas também como uma fonte de renda, reflete uma abordagem abrangente.

A resposta sugere a necessidade de uma avaliação mais detalhada para identificar áreas específicas de sucesso e eventuais desafios. Isso poderia incluir análises quantitativas, como o aumento da produtividade, bem como avaliações qualitativas, considerando a satisfação dos agricultores e a sustentabilidade das práticas agrícolas adotadas. A percepção "regular" destaca a importância contínua do monitoramento, feedback e ajustes nas estratégias municipais para garantir que os apoios contribuam plenamente para o desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas familiares.

E relação aos as principais parcerias público-privadas que a prefeitura realiza em prol da agricultura familiar:

As principais parcerias são via termo de cooperação técnica com IFPB, EMPAER e INCRA. (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

A prefeitura estabelece suas principais parcerias público-privadas em apoio à agricultura familiar por meio de termos de cooperação técnica com instituições estratégicas. Dentre essas colaborações destacam-se as parcerias com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses termos de cooperação técnica fornecem a base para a colaboração entre setores público e privado, visando promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município.

Essas parcerias público-privadas indicam uma abordagem colaborativa da prefeitura, envolvendo instituições educacionais, órgãos de pesquisa e agências governamentais especializadas. A cooperação técnica com essas entidades sugere um esforço coordenado para implementar políticas, programas e projetos que fortaleçam a agricultura familiar, promovendo o acesso a recursos, conhecimentos e estratégias que impulsionem o desenvolvimento sustentável no contexto local.

No que tange aos objetivos específicos dessas parcerias e como são avaliadas em termos de sucesso:

Os principais objetivos são a regularização fundiária de imóveis rurais, assistência técnica agropecuária (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

As parcerias estabelecidas com o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) têm como objetivos primordiais a regularização fundiária de imóveis rurais e a prestação de assistência técnica agropecuária para fortalecer a agricultura familiar no município.

Para que o desenvolvimento do produtor familiar ocorra em consonância com a evolução do setor rural, torna-se indispensável que sua propriedade seja gerida como uma empresa. No entanto, essa abordagem deve incorporar técnicas e práticas gerenciais adaptadas à realidade específica da agricultura familiar. Nesse contexto, a contribuição do Estado assume um papel crucial por meio da implementação de programas que visam proporcionar um planejamento adequado dos procedimentos a serem adotados pelos produtores familiares (COLVERO; SAMPAIO; SCHOPF, 2020).

Dentre esses procedimentos, destaca-se o planejamento das atividades produtivas, cujo propósito é aprimorar a eficiência e a competitividade da empresa familiar. A capacidade de tomar decisões estratégicas relacionadas a essas atividades é essencial para o êxito do

empreendimento. Em suma, a intervenção estatal por meio de programas direcionados visa capacitar os produtores familiares na implementação de práticas gerenciais que estejam alinhadas com as características particulares da agricultura familiar, contribuindo assim para o seu desenvolvimento sustentável e para a sua inserção competitiva no contexto rural (Colvero; Sampaio; Schopf, 2020).

A regularização fundiária visa proporcionar segurança jurídica aos agricultores familiares, superando desafios históricos relacionados à documentação e assegurando o acesso sustentável à terra para as famílias rurais. O sucesso dessa iniciativa pode ser medido pelo número de propriedades regularizadas, pela eficiência do processo burocrático e pela satisfação dos agricultores em obter a documentação necessária para suas terras.

No âmbito da assistência técnica agropecuária, a colaboração busca capacitar e orientar os agricultores familiares em práticas agrícolas modernas e sustentáveis, abrangendo conhecimentos sobre técnicas de cultivo, manejo de gado, uso eficiente de recursos e aplicação de inovações tecnológicas. O sucesso dessa meta pode ser avaliado pelo aumento da produtividade agrícola, pela adoção de práticas sustentáveis, pela diversificação da produção e pela melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

É importante ressaltar que, embora a resposta mencione dois objetivos principais, pode haver metas adicionais não explicitadas nas parcerias. A avaliação de sucesso dessas colaborações requer a análise de indicadores específicos estabelecidos no início da parceria, a coleta de feedback dos agricultores beneficiados e a consideração de fatores como a sustentabilidade a longo prazo das práticas implementadas e o impacto positivo na qualidade de vida das famílias rurais. Em síntese, o êxito dessas parcerias está intrinsecamente vinculado à consecução desses objetivos e ao impacto percebido pelos agricultores beneficiários.

Com capacitação técnica dos profissionais da área, para melhorar a assistência técnica e estratégias de melhoramento na produtividade e comercialização através de novas tecnologias e avanços na agricultura familiar. (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

O município tem a intenção de fortalecer e expandir suas iniciativas em parcerias público-privadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no futuro por meio de estratégias específicas. Uma abordagem central para alcançar esses objetivos envolve a capacitação técnica dos profissionais envolvidos na área, visando aprimorar a assistência técnica oferecida aos agricultores familiares.

A capacitação técnica dos profissionais é uma peça-chave para assegurar que a assistência técnica fornecida aos agricultores seja atualizada, eficiente e alinhada às melhores práticas. Essa medida visa garantir que os profissionais estejam equipados com conhecimentos atualizados sobre técnicas agrícolas, inovações tecnológicas e estratégias de desenvolvimento sustentável. A formação contínua dos profissionais contribuirá para uma abordagem mais eficaz na promoção do crescimento e da resiliência na agricultura familiar (CASTRO; PEREIRA, 2017).

A falta de assistência técnica é agravada pela limitada formação educacional dos agricultores, ampliando os desafios enfrentados. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) para a região Nordeste, a grande maioria, ou seja, 90% dos produtores, apresenta níveis de escolaridade abaixo do ensino fundamental, incluindo analfabetos ou semianalfabetos. Apenas uma parcela ínfima, cerca de 5%, possui formação média ou técnica, enquanto aproximadamente 1% tem acesso ao ensino superior. Essa escassez de qualificação educacional se traduz na resistência à adoção de tecnologias, na falta de práticas culturais adequadas e no uso incorreto de métodos no ciclo produtivo. Como resultado, os agricultores enfrentam perdas na produção e obtêm baixos rendimentos, devido às dificuldades em incorporar as inovações tecnológicas disponíveis (Castro; Pereira, 2017).

Além da capacitação técnica, o município planeja implementar estratégias de melhoramento na produtividade e comercialização. Isso envolve a adoção de novas tecnologias e a incorporação de avanços específicos na agricultura familiar. A integração de tecnologias inovadoras pode abranger práticas agrícolas sustentáveis, métodos de irrigação eficientes, gestão inteligente de recursos e a aplicação de soluções digitais para o acompanhamento e melhoria dos processos agrícolas.

Sobre como o município planeja fortalecer ou expandir suas iniciativas em parcerias público-privadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no futuro:

Com capacitação técnica dos profissionais da área, para melhorar a assistência técnica e estratégias de melhoramento na produtividade e comercialização através de novas tecnologias e avanços na agricultura familiar. (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

Um desafio identificado para fortalecer as parcerias e impulsionar o crescimento da agricultura familiar em Sousa-PB está relacionado à necessidade de desmistificar o conhecimento empírico do produtor rural. Reconhece-se que o conhecimento prático adquirido pelos agricultores familiares pode apresentar barreiras quando confrontado com práticas

técnicas mais avançadas ou inovações tecnológicas. Nesse contexto, a simplificação do conhecimento técnico torna-se crucial para garantir a efetiva adoção de melhores práticas.

Por fim, sobre se existe algum desafio identificado que precisa ser superado para aprimorar essas parcerias e promover ainda mais o crescimento da agricultura familiar em Sousa-PB:

Desmitificar o conhecimento empírico do produtor rural, simplificando o conhecimento técnico e as abordagens junto aos órgãos governamentais (Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 2023).

A simplificação do conhecimento técnico envolve a tradução de informações complexas para uma linguagem acessível e a oferta de treinamentos práticos e materiais educativos adaptados à realidade dos agricultores. Além disso, a interação com órgãos governamentais, muitas vezes percebida como burocrática e complexa, requer abordagens que tornem os processos mais acessíveis. Simplificar essas interações significa criar procedimentos administrativos mais compreensíveis, fornecer suporte prático na navegação dos agricultores por esses processos e assegurar que eles compreendam plenamente os benefícios disponíveis por meio das parcerias.

A comunicação clara e eficaz desempenha um papel essencial na superação desse desafio. Garantir que as informações sejam transmitidas de maneira compreensível, utilizando linguagem acessível e canais de comunicação adequados, pode contribuir significativamente para aproximar os agricultores familiares das oportunidades oferecidas pelas parcerias. Além disso, incentivar a participação ativa dos agricultores no processo decisório e no desenvolvimento das políticas agrícolas locais pode ser uma estratégia eficaz para superar esse desafio. Ao envolver os agricultores no planejamento e implementação das iniciativas, a probabilidade de sucesso e aceitação das práticas propostas é potencialmente ampliada.

Em resumo, enfrentar o desafio de desmitificar o conhecimento empírico e tornar as parcerias mais acessíveis e compreensíveis para os agricultores familiares pode fortalecer essas iniciativas, promovendo um ambiente propício ao crescimento sustentável da agricultura familiar em Sousa-PB.

A relevância da esfera pública para estabelecer uma cidadania democrática no meio rural reflete o espaço público que facilita o entendimento mútuo entre os diversos atores sociais, principalmente no mundo da vida dos agricultores familiares, onde se encontra a unidade de produção deles. Isso ressalta a importância de as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e da agricultura familiar se originarem do agir comunicativo que surge

no cotidiano desses agricultores familiares. Por representarem essa classe social, os agricultores familiares possuem a legitimidade e competência necessárias para conceber políticas públicas verdadeiramente direcionadas ao seu desenvolvimento (MAIA; SOUZA, 2020).

Dessa forma, as políticas públicas que têm origem no dia a dia dos agricultores familiares podem ser consideradas como emancipatórias. Tais políticas têm a capacidade de impulsionar não apenas o avanço da categoria agrícola familiar, mas também do setor rural brasileiro como um todo. Isso ocorre porque essas políticas são formuladas a partir do exercício de uma cidadania democrática pelos atores sociais rurais, ou seja, pelos próprios agricultores familiares. Essa abordagem não só fortalece a agricultura familiar, mas também contribui para o desenvolvimento geral do contexto rural brasileiro, uma vez que é moldada pelos próprios agentes envolvidos, promovendo uma participação ativa e efetiva na construção de políticas públicas (Maia; Souza, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento das atividades da agricultura familiar requer uma abordagem articulada que valorize e de condições aos agricultores que vivem nas pequenas propriedades rurais. Nesse contexto as parcerias público/privada destinadas ao meio rural torna-se fundamental. A implementação dessas parcerias, em colaboração com outras organizações, dinamiza as atividades que sustentam o desenvolvimento rural, permitindo que as famílias tenham condições de empreender e serem promotoras da produção de alimentos essenciais para toda a sociedade.

No contexto da promoção da agricultura familiar em Sousa-PB, as parcerias público-privadas (PPPs) desempenham um papel fundamental ao fortalecer e respaldar os agricultores locais. Destacam-se iniciativas como o Programa Garantia Safra, a distribuição de sementes, mudas e alevinos, a regularização fundiária e ao empoderamento feminino, como o Projeto Fomento Mulher, evidenciaram o compromisso abrangente com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Sousa-PB. Essas considerações ressaltam a importância estratégica das PPPs na construção de uma base sólida para o crescimento e resiliência do setor agrícola local.

Em relação a abordagem adotada pelo município, é refletida nas parcerias com o IFPB, EMPAER e INCRA, sinaliza uma compreensão das necessidades específicas dos agricultores familiares. A colaboração entre estruturas governamentais e atores privados contribui para a execução do processo como um serviço especializado, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais de defesa e garantia dos direitos, inclusão social e produtiva, ações socioambientais e melhoria das condições de trabalho.

A análise dos investimentos públicos em Sousa-PB entre 2021 e 2023 revela um montante de 5.335.667,87, sendo o expressivo montante de R\$ 3.005.147,00 em 2021, R\$ 975.077,31 em 2022 e R\$ 1.443.243,52 em 2023. No que tange à especificação dos procedimentos licitatórios, o predomínio da locação de maquinário, representando 55% dos procedimentos, destaca-se, seguido pela aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com 28%.

No entanto, identificou-se um desafio significativo relacionado à necessidade de desmistificar o conhecimento empírico dos agricultores familiares, evidenciando a importância de tornar as práticas técnicas mais acessíveis. A simplificação do conhecimento técnico e das interações com órgãos governamentais emerge como uma estratégia vital para garantir que os benefícios dessas parcerias atinjam efetivamente aqueles que mais necessitam.

A partir desta pesquisa, compreendemos que as Parcerias Público-Privadas (PPPs), embora não representem a solução única para todos os desafios enfrentados por uma cidade, constituem ferramentas estratégicas valiosas para auxiliar na gestão pública local. As experiências discutidas no trabalho evidenciam como o setor privado pode colaborar com o setor público na promoção do bem-estar social, respondendo ao questionamento inicial que motivou este estudo.

A viabilidade das PPPs como alternativas eficazes para apoiar a gestão pública local em busca do desenvolvimento e do bem-estar social. Contudo, para que essas parcerias alcancem eficácia, é crucial que tanto o setor público quanto o privado tenham papéis claramente definidos, com objetivos transparentes e voltados para o interesse comum da população. A execução dessas parcerias deve seguir critérios de transparência.

Para alcançar essa eficiência, torna-se imprescindível capacitar os agentes públicos na gestão desse tipo de mecanismo. Além disso, as políticas públicas devem ser elaboradas com a participação ativa dos principais interessados em seu objetivo final, e a participação popular deve ser considerada no planejamento das ações a serem tomadas. Dessa forma, as PPPs podem desempenhar um papel significativo na construção de soluções colaborativas que atendam às necessidades da sociedade.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, Abril 14-16, 2010.

AGUIAR, C. C. de; FONSECA, B. C. Evolução, acesso e efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar no Governo Lula: um estudo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa, Minas Gerais. **Extensão Rural**, v. 21, n. 3, p. 121–145, 2014.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul.-dez, 2011.

BAIARDI, A. Gênese e evolução da agricultura familiar: Desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Rev. Econ. NE, Fortaleza**, v. 45, p. 124-135, 2014.

BELIK, W.; FORNAZIER, A. Public Policy and the Construction of New Markets to Family Farms: Analyzing the Case of School Meals in São Paulo, Brazil. **Advances in Food Security and Sustainability**, 2017.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BORSATTO, R. S.; DUVAL, H. C.; GRIGOLETTO, F.; SANTOS, L. de L.; ANDRADE, V. R. S. de.; FERNANDES, L. C. de A. Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, n. 1, p. 1104-1122, 2020.

BORSATTO, R. S.; DUVAL, H. C.; GRIGOLETTO, F.; SANTOS, L. de L.; ANDRADE, V. R. S. de.; FERNANDES, L. C. de A. Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, n. 1, p. 1104-1122, 2020.

BRAGA, J. L.; OLIVERA, M. M.; LEITE, M. D. S.; BELCHIOR, S. M. S. de.; BELCHIOR, V. C. S. de.; LACERDA, W. de A.; FRANÇA, L. F. de M. Impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas, no percurso entre Boqueirão de Piranhas a São Gonçalo – PB. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 08, n. 5, p. 56-78, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Princípios Éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

BRASIL. **Responsabilidade na gestão pública**: os desafios dos municípios. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: Ideias, pensadores e períodos. In: **Estud. av., São Paulo**, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

CARDOSO, E. dos S.; MORENO, E. C.; MITSUO YAMASHITA, O. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa**, v. 6, n. 2, p. 124–133, 2018.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CASTRO, C. N. de. Transposição do Rio São Francisco: Análise de oportunidade do projeto. **Instituto de Economia Aplicada – IPEA**, texto para discussão, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, C. N. de.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Texto para Discussão, n. 2343, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2017.

COLVERO, R. B.; SAMPAIO, T. da S.; SCHOPF, R. da S. Análise de políticas públicas: a importância da parceria público-privada na implementação de programas sociais para a agropecuária familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 7776–7787, 2020.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DINIZ, G. M.; PONTES, P. A.; PINHEIRO, B. G. A relação entre a transparência digital dos municípios cearenses e seus indicadores políticos, sociais e econômicos. **Rev. Controle**, v. 2, n. 18, p. 133-163, 2020.

DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; SIVINI, S. A Agricultura Familiar no Brasil: Caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Revista Agroalimentaria**, v. 22, n. 43, 2016.

FAO. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**, Brasília, DF, 1994.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Ano internacional da agricultura familiar**, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>. Acesso em maio 2021.

FARIAS, T. da S.; NETO, J. F. de C.; VIANNA, P. C. G. Políticas Públicas de distribuição de água potável: A ação da operação pipa no Curimataú Paraibano. **Rev. Geociênc. Nordeste, Caicó**, v. 6, n. 2, p. 166-177, 2020.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Resultados Definitivo: **Censo agropec.**, Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população, Censo 2020**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LEITE, M. D. S., OLIVERA, M. M., ASSIS, L. F., MACRI, L. M. S. R., & LIMA, R. A. de A. Comportamento de indicadores de gestão pública dos municípios de uma microrregião do interior da Paraíba. **Revista Semana Acadêmica**, v. 129, n. 01, p. 1-19, 2018.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: Uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n 1, 2019.

MAIA, F. J. F.; SOUZA, M. S. de. Desenvolvimento rural, políticas públicas e cidadania: A agricultura familiar a partir do agir comunicativo. **Rev. Direitos Fundam. Democ.**, v. 25, n. 1 p. 185-203, 2020.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. C. C.; DOS SANTOS, M. A. S.; LOPES, M. L. B.; COSTA, N. L.; DE MELLO, A. H.; FILGUEIRAS, G. C.; DOS SANTOS, W. M. Análise do programa nacional de alimentação escolar no estado do Pará a partir de instrumentos de gestão e controle de políticas públicas governamentais. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 4, p. 4591–4614, 2023.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP – Rio de Janeiro**, v. 42, n. 3, p. 551-79, 2008.

NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 21, 2021.

NOGUEIRA, C. R.; POSSEBON, E. A. G.; BRASIL, S. A.; SOUZA, J. P. de.; BANKUTI, S. M. S. Agricultura familiar: um estudo bibliométrico. **Anais do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2014.

OLIVEIRA, T. V.; SILVA, A. P. de O. L.; SILVA, R. G. da.; GONÇALVES, M. de L.; EL-DEIR, S. G. Estudo Bibliométrico da Agricultura Familiar Sustentável: Uma Revisão Bibliográfica. **Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Porto Alegre/RS, novembro de 2015.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria, RS, UFSM, NTE, 2019.

PINHO, M. J. A. de. Agrobiodiversidade: políticas públicas de salvaguarda e conservação dinâmica de sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: Trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14, n. 1, p. 86-96, 2016.

REMPEL, E. T.; RUSCHEINSKY, A. Territórios do agronegócio e projetos de parcerias na educação. **Latitude**, v. 15, n. 2, p. 196-220, 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

RECENA, P. S. Uma aplicação de parcerias público-privadas ao setor sucroalcooleiro irrigado no semiárido nordestino. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RODRIGUES, P. S.; PERIPOLLI, O. J. O Êxodo Rural entre os jovens camponeses: o desafio colocado à escola. **Revista Eventos Pedagógicos.**, v. 5, n. 2, p. 291 - 300, 2014.

RODRIGUES, V. D. V.; JORDÃO, L. R. Terceiro Setor e Agricultura: Cooperação entre o poder público e a iniciativa privada para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. **Rev. de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 4, n. 1, p. 94 – 110, 2018.

SÁ, B. B. S. de. Análise dos impactos econômicos e sociais das compras públicas na agricultura familiar: um estudo nas instituições de ensino superior da cidade de Sousa – PB. **Artigo** (Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais), Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2019.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a Agricultura Familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>. Acesso em: 05 maio 2021.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

SÍCOLI, J. L. As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. **Tese de Doutorado**: apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Nutrição em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, T. P. de P. et al. Políticas públicas na agricultura familiar refletindo no contexto sobre as mudanças climáticas com enfoque no Programa Garantia Safra. **Brazilian Journal of Development, Curitiba**, v. 7, n. 9, p. 94707-94726, 2021.

SOUSA, M. S. de; MAIA, F. J. F. Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas e Cidadania: A Agricultura Familiar a partir do agir comunicativo. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 25, n. 1, p. 185–203, 2020.

SOUZA, R. A. D. O Estado e a parceria Pública Privada no espaço rural. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3758>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SOUSA, D. N. de.; NIEDERLE, P. A. Pronaf e inclusão produtiva dos agricultores familiares: Estudo de caso no estado do tocantins. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 379-397, 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017**. Diário Oficial da União, 2017.

ZOCHE, E. DRUCIANKI, F. P. **Agricultura Familiar**: Histórico e desafios para a sucessão familiar. Cooperativismo Solidário e Crédito rural – CRESOL, 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/index.php//pesquisa/255/>. Acesso em: 05 maio 2021.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS-PPGSA

APÊNDICE A – OFÍCIO ENVIADO A SECRETARIA SECRETÁRIO DE
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SOUSA – PB.

Assunto: Solicitação de Informações sobre Parcerias Público-Privadas na Promoção do Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Prezado(a) Secretário(a) de Agricultura e Meio Ambiente,

Eu, Sauly Martinho Gomes de Sousa, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais-PPGSA, sob orientação do Professor Dr. José Cezario de Almeida, estou conduzindo uma pesquisa acadêmica que visa analisar as parcerias público-privadas no contexto do desenvolvimento da agricultura familiar no município de Sousa – PB. Considerando a relevância do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente nesse contexto, gostaria de solicitar sua colaboração para obter informações específicas sobre as ações e estratégias implementadas.

ASPECTOS GERAIS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS:

a) Como o município de Sousa-PB aborda e gerencia as Parcerias Público-Privadas na promoção da agricultura familiar?

R- O gerenciamento é feito através de assembleias e reuniões semestralmente, afim de verificar as ações em prol de uma agricultura familiar consistente.

b) Quais são os principais regulamentos e estratégias utilizados para monitorar e regular as parcerias público-privadas relacionadas à agricultura familiar no município?

R- A principal estratégia é manter os termos de cooperação técnica sempre em vigor e garantir a renovação posterior dos mesmos para manter as ações em pleno funcionamento.

PARCERIAS E BENEFÍCIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR:

a) Poderia fornecer exemplos específicos de parcerias público-privadas já estabelecidas para promover a agricultura familiar em Sousa-PB?

R- Garantia Safra; Distribuição de sementes; Distribuição de alevinos; Mudanças; Regularização Fundiária; Projeto Fomento Mulher;

b) Quais benefícios práticos essas parcerias têm gerado para os agricultores familiares do município?

R- Garantia do homem no campo; aumento da produtividade; desenvolvimento da renda sustentável; melhor qualidade de vida do homem do campo.

AÇÕES IDENTIFICADAS:

a) Existe algum programa de assistência técnica estruturado e implementado no município?

R- Sim. Abastecimento de água através da construção de cisterna, corte de terras para plantio no período invernal, entrega de alevinos, construção de barreiros e açudes na zona rural para captação e armazenamento de água.

b) Existe algum Programa em termos de adoção de práticas sustentáveis, aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas?

R- Programa de Agricultura Sustentável através da construção de viveiros de mudas e produção de hortaliças para o consumo próprio nas escolas e centros de reabilitação.

c). Quais parcerias e convênios são estabelecidos para fornecer insumos e equipamentos aos agricultores familiares?

R- Parceria através da EMPAER e CONAB para distribuição de sementes beneficiadas de milho para o plantio de sequeiro na agricultura familiar.

d) Como o município avalia a eficácia desses apoios em termos de impacto nas atividades agrícolas familiares?

R- Regular. Estimula o agricultor familiar a permanecer com a atividade agrícola de subsistência ou de comercialização para seu sustento ou consumo próprio.

e) Quais são as estratégias de apoio adotadas para promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar?

R- Manter o termo de cooperação técnica junto a EMPAER, responsável por elaborar os projetos e orientar os produtores a promover a comercialização dos produtos vindo da agricultura familiar.

f) Quais programas governamentais estão sendo utilizados para esse fim?

R- Através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

g) Como a prefeitura investe na infraestrutura rural, especialmente na construção e recuperação de estradas vicinais?

R- Através do programa de construção de passagens molhadas, recuperação das estradas vicinais para escoação da produção.

h) Quais são os resultados observados em termos de facilitação do escoamento da produção e acesso aos centros de comercialização?

R- Diminuição da ação de atravessadores, garantindo o contato direto do produtor rural com o comprador e estabilizando valores e garantia de compra.

i) Como o município aborda a regularização fundiária das propriedades rurais da agricultura familiar?

R- Com termo de cooperação técnica junto ao INCRA onde formaliza um vínculo de assistência técnica relacionada a essa regularização.

j) Quais são as principais parcerias público-privadas que a prefeitura realiza em prol da agricultura familiar?

R- As principais parcerias são via termo de cooperação técnica com IFPB, EMPAER e INCRA.

k) Quais são os objetivos específicos dessas parcerias e como são avaliadas em termos de sucesso?

R- Os principais objetivos são a regularização fundiária de imóveis rurais, assistência técnica agropecuária.

l) Como o município planeja fortalecer ou expandir suas iniciativas em parcerias público-privadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no futuro?

R- Com capacitação técnica dos profissionais da área, para melhorar a assistência técnica e estratégias de melhoramento na produtividade e comercialização através de novas tecnologias e avanços na agricultura familiar.

m) m) Existe algum desafio identificado que precisa ser superado para aprimorar essas parcerias e promover ainda mais o crescimento da agricultura familiar em Sousa-PB?

R- Desmitificar o conhecimento empírico do produtor rural, simplificando o conhecimento técnico e as abordagens junto aos órgãos governamentais.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – SAMAS**Secretário de Agricultura e Meio Ambiente:**

Zenias Alves da Silva

Secretária: Clarisse Alves do Nascimento

Equipe Técnica Agricultura:

Allison Rafael Ferreira da Silva – Eng. Agrônomo

Danilo Lopes Casimiro – Eng. Agrônomo

Adriana Cunha de Assis – Medica Veterinária

Francisco Andrade Sobrinho – Técnico em Agropecuária

Fabio Fernandes de Sousa – Técnico em Agropecuária

Equipe Técnica Meio Ambiente:

Matheus Cassimiro de Oliveira – Diretor de Meio Ambiente

Thiago Moreira Cartaxo de Sá – Fiscal de Meio Ambiente

Luiz Antônio Vieira de Almeida – Gerente de Meio Ambiente